

# Do espaço urbano às espacialidades midiáticas<sup>1</sup>

Carla Reis Longhi \*

---

## Resumo

Temos como objeto de pesquisa a reflexão sobre a esfera pública contemporânea. Esta comporta diferentes vieses de análises, que temos procurado contemplar ao longo do desenvolvimento das últimas publicações. Para esta comunicação privilegiamos a discussão sobre o espaço, ponderando sobre as representações midiáticas do espaço urbano, considerando-se as feições de uma grande metrópole como São Paulo; assim, propomos uma discussão conceitual sobre o espaço; a análise das transformações do espaço na estruturação da esfera pública, bem como, o percurso pelo qual são construídas imagens sobre São Paulo através das mídias, aqui especificamente a mídia impressa.

**Palavras-chave:** espaço urbano; representações midiáticas; esfera pública.

## Abstract

We have as a research objective the reflection about the contemporaneous public sphere. This is composed of several slants of analyses, which we have tried to consider through the development of last publications. For this one we pointed out the discussion about the space, pondering the mediatic representations of the urban space, considering the faces of a great metropolis like São Paulo; thus, we propose a conceptual discussion about the space; the transformations of space in the structure of the public sphere as well as the route on which are built the images about São Paulo through the media, here specifically the press media.

**Keywords:** urban space; mediatic representations; public sphere.

---

---

1 Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do XXXIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, setembro de 2010.

\* Historiadora e Pesquisadora do Programa de Mestrado em Comunicação da UNIP e Professora do Departamento de História da PUC/SP. Entre suas publicações destacamos: LONGHI, Carla R. Autoritarismo Político e Mídia impressa- linhas que compõem a tessitura da cidadania no Brasil.1964-1984, São Paulo, Porto de Idéias, 2007; LONGHI, Carla R e HELLER, Barbara (orgs) Representações em Trânsito: personagens e lugares na cultura midiática, São Paulo, Porto de Idéias, 2009; LONGHI, Carla R. 'Realidad social y médios de comunicacón' IN Diálogos Culturais II , São Paulo, Bluecom, 2008 (edição bilíngüe); LONGHI, C. R. . A Devoração da Condição Humana. Ghrebh-, v. 1, p. 1-12, 2009.; LONGHI, C. R. . Mídia impressa: visibilidade e mediação. Líbero (FACASPER), 2010.; LONGHI, C. R. Aparato Repressivo brasileiro: dinâmicas da violência e confrontos pelo poder. Projeto História (PUCSP), 2009.(aceito p/ publicação). E-mail: carlalonghi@uol.com.br

Ao longo de nossa trajetória acadêmica temos desenvolvido a discussão sobre a esfera pública contemporânea; alguns artigos já foram produzidos priorizando as discussões conceituais sobre o conceito de público, as correlações entre o público e o privado e sobre a noção de visibilidade. Nesse percurso, notamos o importante papel que o contexto midiático assumiu na configuração da esfera pública contemporânea e, em função disso, passamos a dedicar nossa atenção a dois diferentes aspectos que se condensam na discussão sobre o espaço: o papel assumido pelo espaço urbano e as características dos espaços comunicacionais midiáticos. O entrelaçamento dessas tramas, tecendo um novo entendimento do espaço próprio da esfera pública são o foco de nossa comunicação, tendo como pano de fundo a observação do jornal Folha de S.Paulo. Apesar do jornal não aparecer como eixo prioritário dessa comunicação, sua análise é parte de uma pesquisa em andamento que estabeleceu a observação contínua por um período de seis meses, orientada para o registro das questões relacionada à cidade de São Paulo presentes tanto na 1ª página do 1º Caderno quanto no Caderno Cotidiano em sua totalidade. Assim, nesse universo de análise, propomos a discussão sobre o “espaço” no qual está inserida a esfera pública contemporânea. Esse aspecto será aqui desenvolvido através de três vertentes: uma breve discussão conceitual sobre a noção de espaço; a análise das características do espaço urbano contemporâneo, tomando a cidade de São Paulo como objeto e, por fim, a ponderação sobre alguns aspectos das representações midiáticas do espaço urbano na mídia impressa. Começamos com uma discussão conceitual sobre o espaço. O primeiro aspecto que nos salta aos olhos é o diálogo criado entre Marc Augé e Michel de Certeau na discussão sobre lugares e espaços. *A priori* constatamos definições distintas, quicá contrárias. Para Augé os lugares são repletos de significação, ajudando a constituir o conceito de lugar antropológico:

[...] o lugar antropológico é, simultaneamente, princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa...Esses lugares têm pelo menos três características comuns. Eles se pretendem (pretendem-nos) identitários, relacionais e históricos. (Augé, 1994, pp. 51-52)

Já para Certeau, os lugares conferem um sentido estático, formal, regulatório, sendo ultrapassado justamente pela caracterização do espaço:

Inicialmente, entre espaço e lugar, coloco uma distinção que delimitará um campo. Um lugar é a ordem ( seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência... Aí impera a lei do próprio: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar próprio e distinto que define....Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É, de certo modo, animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. (Certeau, 1994, p. 201)

Indiscutivelmente os autores apresentam conceituações distintas, bem indicadas por Augé “O lugar, como o definimos aqui, não é em absoluto o lugar que Certeau opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada...” (1994, p. 76) mas, a nosso ver, as grandes distinções se constituem na intencionalidade posta por cada autor. De certo modo, Certeau não nega o caráter constitutivo do lugar, recuperando a construção de sentidos, mas o funda quase como um “contrato social”, regras coletivas que se impõe ao indivíduo, deixando transparecer sua grande questão: a problemática da constituição de práticas nem sempre visíveis ou atestadas, nem sempre comuns ou coletivas ou, como proposto pelo autor, a possibilidade da “delinquência”, aqui transgressão. Como ele próprio colocou, o conceito define um campo: a construção de um método de observação das práticas cotidianas, propondo ultrapassar o lugar coletivo na busca do espaço praticado e este pode ser individual e anônimo, múltiplo e complexo. Assim, a nosso ver, o contraponto proposto por Certeau, na definição do lugar está no fato de que, ao aceitá-lo como constituinte de sentidos, inviabiliza ultrapassar o coletivo aparentemente pacífico e totalizante, na busca dos conflitos, das especificidades, enfim, da multiplicidade. Entendemos este contraponto no contexto de sua própria produção. No momento em que ambos escreviam, a grande questão para a historiografia era a tentativa de pensar a cultura em sua multiplicidade, revendo a perspectiva dicotômica da ideia de cultura culta e popular, ultrapassando assim as vertentes historiográficas vigentes, muito influenciadas pela antropologia e pela sociologia, que encaravam a sociedade como um todo, visão esta tão bem personificada na fala de Le Goff ao definir a história das mentalidades:

[...] é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento, é o que César e o último soldado de suas legiões, São Luís e o camponês de seus domínios, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum. (Le Goff, 1974, p.71)

Se compreendemos as distinções propostas por Certeau e sua busca, autêntica e inovadora em seu contexto, em encontrar percursos metodológicos para o trato das questões do cotidiano, propondo a análise das práticas cotidianas no intuito de desvelar o que chamou de delinquência, ou seja, o registro da transgressão garantindo a constituição do espaço como lugar praticado, concordamos ao mesmo tempo com Augé quando pondera sobre a definição do espaço:

O termo “espaço”, em si mesmo, é mais abstrato do que o de “lugar”, por cujo emprego referimo-nos, pelo menos, a um acontecimento (que ocorreu), a um mito (lugar-dito) ou a uma história (lugar histórico)... A voga do termo “espaço”, aplicado tanto a salas de espetáculo como de encontro (Espaço Cardim, em Paris, Espaço Yves Rocher, em La Gacilly), a jardins (espaços verdes), a assento de avião (Espaço 2000) ou a automóveis (Espace Renault), comprovam, ao mesmo tempo, termos que povoam a época contemporânea (a publicidade, a imagem, o lazer, a liberdade, o deslocamento) e a abstração que os corrói e ameaça, como se os consumidores de espaço contemporâneo fossem, antes de mais nada, convidados a se contentar com palavras. (Auge, 1994, pp. 77-78)

Augé nos aponta para a complexidade do termo na contemporaneidade, disseminando-se em diferentes registros e possibilitando, como indicado pelo autor, uma condição de abstração potencialmente corrosiva e ameaçadora. Devemos lembrar, também, que o conceito de espaço se constitui no diálogo com o conceito de tempo, entrelaçando dois aspectos que possuem especificidades marcantes na contemporaneidade. Esta instituiu a vivência do tempo imediato, através das possibilidades de seus variados suportes midiáticos. Essa lógica altera o entendimento e a vivência do espaço físico, da constituição do lugar, propiciando os processos de desencaixe (Giddens, 2002) que geram a vivência do tempo desconectada das características do espaço físico, diluindo lógicas de pertencimento e reconhecimento que se davam na vivência da temporalidade a partir de características do local. Nesses processos múltiplos e complexos, o próprio espaço físico se altera, em função das novas sociabilidades que

se constituem e a partir das influências que provoca nessas mesmas sociabilidades. Assim, pensemos neste momento sobre o espaço a partir de dois aspectos: as mudanças mais visíveis do espaço físico, no nosso caso, urbano e a estruturação de novos espaços constituintes de sociabilidades. É no entrelaçamento dessas noções (transformações do espaço urbano e constituição dos espaços midiáticos) que construiremos nossa comunicação, ao ponderarmos sobre as representações midiáticas do espaço urbano, tomando como base as representações constituídas sobre a cidade de São Paulo em um de seus principais jornais, o jornal Folha de S.Paulo.

Para tanto, seguimos com uma pequena problematização sobre o espaço urbano. São Paulo tem características comuns às grandes metrópoles, refletindo condições que são próprias dessa modernidade líquida (Bauman, 2007). Como já indicado, o fator preponderante é o da alteração da vivência do tempo. A valorização e predominância da vivência do “tempo imediato” reformula diferentes aspectos da vida em sociedade. Tomando a proposição de Milton Santos (Santos, 2006) vemos a disseminação da visão “do mundo como fábula”, criando um imaginário social de controle sobre o tempo e sobre o espaço, num simples movimento das mãos; aqui, são construídas imagens positivas de superação e domínio, através das tecnologias da informação que aparentemente globalizam o mundo. Mas, como indicado pelo autor, há “o mundo como perversidade”. Essas mesmas tecnologias de informação criam as condições para os setores econômicos estabelecerem relações comerciais/produzidas e financeiras sem necessariamente construírem relações simbólicas. Há uma profunda distinção entre aqueles que têm capacidade de movimentação e aqueles que estão presos a lugares; a fábula não expõe a capacidade perniciosa de intensificar as diferenças sociais que a globalização possibilita, daí a perversidade. Os atores móveis, os turistas de Bauman (Bauman, 1999), perdem a responsabilidade sobre os lugares, sendo desonerados desses últimos laços com os locais. Notamos nesse imaginário que o lugar, de âmbito de pertencimento e acolhimento, torna-se estorvo e limitação.

Conjuntamente com estes fatores, temos a questão propriamente demográfica. Cidades com esse perfil cresceram desmesuradamente no último século e isto trouxe, certamente, fortes consequências para a configuração de seu espaço urbano. O adensamento populacional, no

contexto da modernidade líquida, gera problemas de ordens distintas e propomos a discussão de dois aspectos relacionados ao mesmo enfoque: o apontamento de teóricos sobre esta problemática e algumas proposições de solução urbana.

Canclini (2002) percorre a proposição de diferentes teóricos<sup>2</sup> e conclui que o elemento priorizado ao se tomar esta problemática foi a necessidade de circulação. Aqui, mais uma vez, prepondera a nova vivência da temporalidade; se o tempo é o imediato, a cidade precisa constituir modelos de funcionalidade que garantam esta prerrogativa; notamos que no processo de desencaixe, o tempo prescinde do espaço, ganha vida própria na constituição de outros espaços e o espaço urbano sofre modificações no intuito de garantir a realização dessa noção de tempo. Assim, a cidade precisa ter mobilidade e o aumento populacional excessivo gera a criação de estratégias para isso. O discurso da circulação autoriza a remodelação urbana, garantindo o traçado de grandes avenidas em prejuízo de praças, parques e campinhos de futebol. Essa configuração altera a ocupação dessas avenidas que inviabilizam gradativamente o comércio de rua, as moradias horizontais, a ocupação das ruas para a contemplação e ócio. Essa nova forma de ocupação, acompanhada do signo da mobilidade, é reforçada pela presença gradativa e contínua de novas tecnologias da informação, agora na versão dos equipamentos de convergência midiática, que alteram a relação de qualquer pessoa com o espaço urbano que frequenta ou percorre. Estas tecnologias aprofundam o já contínuo processo de desterritorialização e conseqüente desenraizamento social, criando o que Lemos denominou de “territórios informacionais”:

Por territórios informacionais compreendemos áreas de controle de fluxo informacional digital em uma zona de interseção entre o ciberespaço e o espaço urbano. O acesso e o controle informacional realizam-se a partir de dispositivos móveis e redes sem fio. O território informacional não é o ciberespaço, mas o espaço movente, híbrido, formado pela relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico. (Lemos, 2007, p. 128)

Este tipo de realidade cria novas formas de interação com o espaço urbano e, conseqüentemente, com as pessoas, destituindo este mesmo espaço de todas as suas anteriores funções de integração social. Assim,

---

2 Retoma proposições de Castells, Piccini e Martim-Barbero.

a vivência de lugares coletivos como praças e parques não viabiliza, obrigatoriamente, as interações sociais entre os frequentadores. É cada vez mais comum encontrarmos pessoas sentadas nos bancos de praças com seus *i-pods*, *laptops*, *i-phones*, absolutamente ausentes do espaço físico, mas inseridas em outras lógicas espaciais, daí a ideia dos “territórios informacionais”. Ao mesmo tempo, com o discurso da circulação vem o discurso da funcionalidade, transformando a dinâmica urbana para torná-la funcional. Nesse processo, Lipovetsky (1991) aponta para o problema de se atomizar a cidade. Em seu entender, as antigas formas de organização urbana que continham, em uma mesma rua, estabelecimentos públicos, comerciais de diferentes setores e privados, garantiam a circulação de diferentes grupos sociais e o contato aleatório, criando possibilidades de interações sociais informais. As novas configurações urbanas, que procuram responder à necessidade de fluxo e segurança, circunscrevem setores produtivos em áreas restritas, inviabilizando o contato aleatório. Vemos este modelo em diferentes projetos urbanísticos.

Como indica Abrahão (2008), em 1993 o Congresso para o Novo Urbanismo ocorrido em Chicago propôs uma nova concepção urbanística, que, se por um lado, tinha como intenção oferecer soluções que recuperassem a vida com características comunais, por outro lado, acabou contribuindo para a disseminação de modelos fechados e auto-centrados, favorecendo a geração dos bairros planejados, tais quais algumas versões brasileiras como os projetos de Alphaville, Tamboré, etc. Encontramos semelhanças nas proposições de centros comerciais e de lazer fechados e controlados, tais quais os *shoppings centers*, os parques temáticos, etc.

O discurso da necessidade de mobilidade aliada à busca de um suposto conforto e segurança favorecem o esvaziamento do espaço urbano de grandes metrópoles como São Paulo, dispersando as pessoas em circulações rápidas e concentrando-as em ambientes com ideologias previamente estabelecidas e proposições de padrões de comportamentos homogeneizantes e controlados. Novamente é a vivência do tempo que fundamenta a circulação e a funcionalidade e ambos favorecem o capital em oposição aos vínculos; mais uma vez, notamos a imagem da fábula e a prática da perversão. Assim, a cidade é atomizada, segregando os diferentes grupos sociais em ambientes moldados às suas próprias características, voltadas à lógica do consumo: são espaços de compras,

de entretenimentos previamente traçados e de trabalho; a segregação apresenta-se de modo sutil, através dos cerceamentos econômicos: altos preços para os estacionamento acompanhados de localizações distantes de transportes coletivos; áreas de consumo com poucas opções para gastos restritos; lojas dirigidas a públicos específicos. Ao mesmo tempo, considerando-se o público visado, estes espaços direcionam o comportamento; isso é garantido tanto pela organização do espaço físico, sem áreas de ócio, quanto pela própria vivência do tempo, impondo-se agilidade nas horas de refeições, nas áreas de alimentação; neste processo, anula-se o tempo da interação, da reflexão e da criação, bem como, os espaços de conflitos, naturais e necessários às interações sociais, definindo novos modelos de sociabilidade que não pressupõe a existência do Outro e do que precisava ser comum. O mesmo homem que, segundo Bauman (1999), opera suas atividades financeiras sem tomar contato com o lugar, desonerando-se das responsabilidades, viaja pelo mundo hospedando-se em não-lugares (Augé, 1994) e circulando pelos espaços como turista, mora em condomínios fechados sem contato com outros grupos sociais de sua própria cidade. Aqui, mais uma vez, referimo-nos aos turistas “baumanianos” e não acreditamos que estas modalidades sirvam a todos os atores e grupos sociais.

O fato de vislumbrarmos o enxugamento do espaço urbano como esfera pública não indica o esvaziamento dos espaços comunicativos; estes se transformam e se ampliam em espaços vinculados às diferentes modalidades de comunicação, que se multiplicam e se disseminam com as novas tecnologias de informação. Todo espaço, contudo, se estrutura em função das características materiais que lhe constituem e pelas dinâmicas sociais possíveis e efetivadas nestas mesmas espacialidades, além, da lógica espaço-temporal predominante. Para nós, o espaço urbano trazia duas especificidades importantes não mais presentes nessas novas espacialidades: primeiro havia a possibilidade contínua de sua ocupação e controle (mesmo que temporário) por todos os setores sociais e segundo, o espaço urbano se constituía numa lógica temporal que privilegiava o ritmo de sua própria ocupação e registro de sua história, ou seja, o tempo era o tempo vivido pelos personagens em questão. Em qualquer momento histórico, os diferentes grupos puderam ocupar as ruas, as praças, às frentes dos prédios públicos com passeatas, greves, barricadas, eventos culturais; com o apoio ou repúdio dos outros personagens

sociais e o contínuo risco do enfrentamento e repressão, constituindo um espaço vivido e conferindo-lhe dinamismo e tensão. Como espaço vivido, ganhava visibilidade pública no contexto da própria ocupação; assim, os significados se constituíam através da ação dos próprios atores sociais, tornando-se produtores das imagens, múltiplas e muitas vezes contraditórias que constituiriam o imaginário social. Ao mesmo tempo, essas interações, ocupações e confrontos podiam moldar sua própria temporalidade, instituída pelas nuances do próprio evento. Os novos espaços comunicacionais midiáticos, tomando-se aqui a mídia impressa como meio de reflexão, inviabilizam o acesso e o controle sobre o espaço midiático, cindindo o sujeito na relação-ato social e imagens constituídas. O problema não está na constituição de imagens elaboradas por diferentes atores sobre um mesmo fato social, situação esta recorrente na história; a questão é a do papel assumido por estas mídias nas sociedades contemporâneas e do sentido instituído por estas imagens midiáticas, considerando-se o agravante de que a temporalidade passa a ser gestada pelas lógicas midiáticas, gerando o duplo distanciamento do sujeito (não domina a produção das imagens predominantes e não controla o tempo) Ponderemos sobre os dois aspectos. Como coloca Ferrara:

[...] se a experiência supõe conhecer o mundo no seu recorte fenomênico, a representação supõe estabiliza-lo para que seja possível um conhecimento, ainda que aquelas representações sejam frágeis e parciais. (Ferrara, 2007, p.12)

Esta frase aponta para o sentido instituído pelas imagens midiáticas: a imagem midiática, como representação, busca estabilidade e, como representação, constitui realidades. Como os atores sociais não tem acesso à produção dessas imagens, estas passam a ser geridas por grupos econômicos e setores sociais que definem as representações sociais. Assim, pontuamos aqui alguns aspectos da constituição do sentido da imagem midiática. Em primeiro lugar, já indicamos uma questão ideológica de definição da imagem. Em segundo lugar, ponderamos sobre a própria lógica de constituição deste meio e destas imagens. Esta proposição é contemplada por Martín-Barbero (1997) quando discute as características dos meios e os processos de mediações por estes gerados. Martín-Barbero entende que as tecnologias geram formatos industriais que organizam ritualidades específicas, na constituição das mediações, tornando-se necessário refletir sobre os rituais contidos no ato da recepção, condicionados pela

lógica de organização do próprio suporte e da proposição da informação nestes mesmos suportes. Assim, segundo o autor, estas ritualidades estão relacionadas aos procedimentos de constituição da memória, da constituição das “gramáticas do olhar”, regulando os processos de interações sociais e as constituições de significações. No caso dos jornais impressos, estas ritualidades relacionam-se diretamente à constituição destes novos espaços comunicacionais. O mesmo é discutido por Chartier (1994) quando afirma que nenhum texto existe fora de seu suporte, trazendo como prerrogativa inicial, parafraseando o autor, a idéia de que se deve “considerar o texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende”.

Imediatamente nos chama a atenção o fato da fragmentação e dispersão da informação jornalística. Quando retomamos o *Caderno Cotidiano* confirmamos o que o leitor pressente na sua leitura diária: não há uma organização interna do caderno, que mantenha prerrogativas temáticas ou espaciais, gerando uma grande variação da tipologia da informação. As matérias são variáveis em seus temas (por exemplo, não há a certeza de que sempre discutirá educação, transportes, etc... estes aspectos vão variar conforme as notícias em voga), tamanhos e formatos de construção; além disto, dividem o espaço do jornal com as publicidades, muitas vezes perdendo na concorrência do espaço. A nosso ver, retomando as proposições de Chartier e Martín-Barbero, esta lógica do texto como objeto que comunica é dispersante, fragmentada e reafirma a noção de tempo imediato, dificultando o armazenamento da informação na memória, ao mesmo tempo em que nos lembra que esta memória pode ser retomada por arquivamentos exteriores à mente humana. Ao mesmo tempo, reforça no leitor a falta de linearidade e a escolha temática pela emergência dos fatos. Há, assim, uma sugestão de leitura, conformando uma “gramática do olhar”, favorecendo a identificação de temáticas de reconhecimento fácil ou de busca do inusitado, pois na dispersão de informações (imagens, textos, aspectos infográficos, cores, diagramação) e fragmentação de conteúdos (propondo muitas vezes diferentes assuntos na mesma página ou um assunto acompanhado de intensa publicidade), o sujeito vistoria os elementos reconhecíveis ou chamativos. Observemos o recorte de algumas matérias:



Dia 27/8 – Cotidiano - C1  
Enfrentamento de moradores após morte de jovem

Dia 2/9 - Cotidiano – C1  
Confronto em Heliópolis – morte de jovem

**cotidiano**  
FOLHA DE SÃO PAULO  
27 de agosto de 2009, quarta-feira, 4.º ano, 4.º semestre, 1.º trimestre, 1.º bimestre, 1.º mês, 1.º dia

**Moradores queimam ônibus e enfrentam a polícia na zona norte**  
Manifestação começou depois da morte de um rapaz que, de acordo com a PM, reagiu a uma abordagem policial

**FACAMP 10 ANOS**  
VESTIBULAR NACIONAL 2010

ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS  
DESIGN  
DIREITO  
ECONOMIA  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO  
PROPAGANDA E MARKETING  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INSCRIÇÕES A PARTIR DE 29 DE AGOSTO  
PROVAS SÁBADO, 24 DE OUTUBRO DE 2009

Vestibular em: Bauri, Campinas, Cordeiro Grande, Goiânia, Londrina, Piracicaba, Povoado Alegre, Ribeirão Preto, Santo André, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba  
www.facamp.com.br - 0800 770 78 72

**cotidiano**  
FOLHA DE SÃO PAULO  
02 de setembro de 2009, quinta-feira, 4.º ano, 4.º semestre, 1.º trimestre, 1.º bimestre, 1.º mês, 2.º dia

**Moradores queimam veículos após morte de uma adolescente**  
Conflito na favela de Heliópolis começou de madrugada e se acentuou à noite; jovem de 17 anos foi vítima de bola perdida

**RANKING DO MEC - 2009**  
**FACAMP**  
NOVAMENTE ENTRE AS 21 MELHORES DO BRASIL

O MEC divulga pela segunda vez o ranking das Instituições de Ensino Superior do Brasil. Em 2009 foram avaliadas 2001 universidades, centros universitários e faculdades. **A FACAMP, pela segunda vez, está entre as 21 que alcançaram a nota máxima 5, atestado de alta qualidade de ensino.**

Esse resultado confirma a **excelência de todos os cursos da FACAMP**

Para maiores informações, acesse [www.inep.gov.br/areajc](http://www.inep.gov.br/areajc)  
No ranking do MEC, a FACAMP é designada como:  
Faculdade de Administração de Empresas - FACAMP, que oferece 2 cursos: Administração de Empresas e Engenharia de Produção  
Faculdade de Ciências Econômicas - FACAMP, que oferece 3 cursos: Design, Direito, Economia, Propaganda e Marketing e Relações Internacionais.

Dois aspectos justificam esta seleção de recortes de matérias jornalísticas: o sentido de lugar que vai sendo reforçado pelas mídias impressas e a apresentação visual das matérias. Retomando a discussão de Bauman sobre a importância dada ao território pelo homem contemporâneo, vemos que o lugar é cada vez mais identificado com o desconforto, com o aprisionamento, com a incapacidade de mobilidade. É interessante notar que no período de seis meses de edições diárias, a maioria das matérias que se referiam a organizações coletivas de reivindicações apresentava setores desamparados socialmente. Excetuando-se essas matérias, só encontramos as greves de professores estaduais e os conflitos na USP, também relacionados à educação e ambos bastante desgastados em seus modelos e perspectivas, tanto que os dois movimentos acabaram sem atingir as metas iniciais; outra

situação apresentada foi o anúncio da Parada Gay, que oferece outro tipo de parâmetro para o evento coletivo, parâmetro este que não se relaciona às especificidades do lugar; ao contrário, trata-se de evento mundial. Assim, as representações de reivindicações coletivas ligadas a questões próprias do lugar referiam-se aos problemas específicos das favelas de São Paulo. Foram estas as principais, com textos longos e temáticas que se repetiram em outras edições: 1) a desapropriação das barracas da Favela do Sapo, zona Oeste; 2) Protesto de Moradores da Vila Brasilândia, Zona Norte; 3) Desocupação de favela do Capão Redondo, Zona Sul; 4) Manifestação dos moradores do Jardim Filhos da Terra, Jaçanã, Zona Norte, em função de morte de jovem por policial; 5) Morte de jovem por bala perdida gera conflito na favela de Heliópolis, Zona Sul. Em todas havia carência de infraestrutura, necessidades básicas não atendidas e falta de perspectivas de ação pública positiva; no geral agiam de forma defensiva, em resposta à violência ou ao destrato.

Esta lógica de visibilidade das questões coletivas, continuamente noticiada, revela, por um lado, as semelhanças nas imagens reafirmadas. Parece quase proposital o modo de diagramação das matérias dos dias 27/8 e 2/9 intencionalmente aqui colocadas lado a lado. A um leitor desavisado, pareceria a mesma matéria; ao ler, tem conteúdos muito parecidos: são amplamente reconhecidos. Por outro lado, associa-se a esta lógica um outro tipo de matéria insistentemente publicada: o espaço urbano como espaço da violência; matérias sobre roubos, assaltos, mortes, enfrentamentos com policiais são contínuos. Esta composição temática constrói uma imagem da cidade: é um espaço perigoso, pouco convidativo e nada acolhedor. Vemos então, que as mídias massivas em geral e, aqui o jornal impresso em particular, acabam por simplificar ou homogeneizar uma imagem de cidade.

Nessa mimese ou paráfrase, a cidade se repete e se sincroniza através de diversas tecnologias, meios e, sobretudo, outras mídias. Situando-se entre mídias, a cidade é um eixo gerador de uma midiologia cuja lógica é, de um lado, responsável pela sua presença constante como base temática em várias mídias e sobretudo naquelas de massa e, de outro lado, promove o diálogo entre as mídias que nela atuam e com ela interagem estabelecendo-se, entre elas, uma intensa economia persuasiva. (Ferrara, 2008, p. 46)

Estas imagens ganham autonomia em função de sua ampla visibilidade e intensiva propagação, repetida e alimentada pelas diferentes mídias. Este processo instiga uma leitura sobre a cidade, imposta e recomposta na contínua reprodução e proliferação em outras mídias. E por que ganham tanta visibilidade? Entendemos que porque o homem traz a necessidade de contemplar a totalidade, acompanhada da característica da própria cidade que dificulta sua posse e da temporalidade que provoca a premência. Cria-se a nosso ver uma dicotomia na lógica contemporânea da relação homem – espaço. Ao mesmo tempo em que o homem se distancia do espaço físico, no caso urbano, para a constituição de suas referências e formas de sociabilidades, ele mantém a necessidade de uma imagem de todo deste mesmo espaço urbano do qual faz parte e abre mão, fundamentando o papel das mídias massivas na constituição de imagens de totalidade. Dialogamos com Certeau na ponderação sobre esta questão:

[...] a que erótica do saber se liga o êxtase de ler tal cosmos? Apreciando-o violentamente, pergunto-me onde se origina o prazer de “ver o conjunto”, de superar, de totalizar o mais desmesurado dos textos humanos. Subir até o alto do World Trade Center é o mesmo que ser arrebatado até o domínio da cidade. O corpo não está mais enlaçado pelas ruas que o fazem rodar e girar segundo uma lei anônima; nem possuído, jogador ou jogado, pelo rumor de tantas diferenças e pelo nervosismo do tráfego nova-iorquino. Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesma toda identidade de autores ou de espectadores. Ícaro, acima dessas águas, pode agora ignorar as astúcias de Dédalo em labirintos móveis e sem fim. Sua elevação o transfigura em *voyeur*. Coloca-o à distância. Muda num texto que se tem diante de si, sob os olhos, o mundo que enfeitiçava e pelo qual se estava possuído. Ela permite lê-lo, ser um Olhar solar, um olhar divino. Exaltação de uma pulsão escópica e gnóstica. Ser apenas este ponto que vê, eis a ficção do saber. (Certeau, 1994, p. 170)

Certeau pontua dois aspectos essenciais na relação que o homem estabelece com o seu redor, seja ele chamado de comunidade, sociedade, espaço urbano, esfera pública: a necessidade de vislumbrá-lo numa dimensão totalizante garantindo, ao mesmo tempo, uma outra aparente certeza: a constituição do saber sobre este espaço e logo sobre si próprio. Numa observação diacrônica notamos este duplo processo efetivado por um lado, pela possibilidade de circulação na totalidade do espaço e, num

segundo processo, pelas imagens criadas para garantir este domínio. Na atualidade ocorre um processo de fragmentação urbana, advindo tanto da atomização descrita e das possibilidades propostas pelas novas tecnologias quanto pelo crescente adensamento urbano que inviabiliza a leitura sobre a cidade. O morador da cidade e o visitante perdem a capacidade de compreender a cidade em sua totalidade. Esta se constitui e se mostra fragmentada, característica esta de nossa contemporaneidade que leva à necessidade de meios que gerem imagens de totalidade, constituídos agora pelas mídias massivas. Isto indica, por um lado, a necessidade humana de buscar compreensões em imagens totalizadoras, como destacado por Certeau, que seriam as referências sobre o que é comum, o que constitui a realidade para a maioria e, por outro lado, apresenta o papel que as mídias massivas assumem na constituição das referências sobre este público, então, sobre a realidade e, logo, sobre o próprio homem. Vemos que a forma como a cidade se organizou, pautada por uma nova lógica espaço-temporal, levou à necessidade de criação de novos processos de mediações para a leitura sobre a mesma. Esta circunstância gera desdobramentos e estes se relacionam ao papel assumido pelas mídias e ao significado de se construir referências sobre a realidade a partir de representações. É a lógica das representações, pautada pela noção de tempo imediato que fundamentam as novas espacialidades que estruturam a esfera pública contemporânea.

## Referências bibliográficas

- ABRAHÃO, S. L. (2008). *Espaço Público – do urbano ao político*. São Paulo, Annablume.
- ARENDT, H. (2000). *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- AUGÉ, M. (1994). *Os Não Lugares*. Campinas, Papirus.
- BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e Simulação*. Lisboa, Relógio D'Água.
- BAUMAN, Z. (1999). *Globalização – as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Comunidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2004) *Vida líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

CANCLINI, N. G. (2002). Cidades e Cidadãos imaginados pelos meios de Comunicação. *Opinião Pública*. Campinas, v. VIII, n.1.

\_\_\_\_\_. (2006). *Consumidores e Cidadãos*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

\_\_\_\_\_. (2006). *Culturas Híbridas*. São Paulo, Edusp.

CERTEAU, M. de (1994). *A Invenção do Cotidiano*. São Paulo, Vozes.

FERRARA, L. (2007). *Espaços Comunicantes*. São Paulo, Annablume.

\_\_\_\_\_. (2008). Cidade: meio, mídia e mediação. *Revista Matrizes*. São Paulo, ECA/USP, Ano 1, n. 2.

GIDDENS, A. (2002). *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Zahar.

LE GOFF, J. (1974). “As mentalidades: uma história ambígua”. In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História – Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

LEMOS, A. (2007). Cidade e Mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informais. *Revista Matrizes*, n.1.

LIPOVETSKY, G. (1991). Espace prive, espace publique à l’âge postmoderne. *Citoyenneté et Urbanité*. Paris, Edições Esprit.

LONGHI, C. R. (2006). O Filme Capote: abordagens sobre os espaços público e privado. *Revista Significação*, n. 25.

\_\_\_\_\_. (2006). Origens do conceito de opinião pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Jurgen Habermas. *Revista Comunicação e Sociedade*, n. 46.

MARTÍN-BARBERO, J. (1997). *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ.

SANTOS, M. (2006). *Por uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro, Record.